

Conseguirão destruir o país, a ciência e a USP?

Há um ano o país vive um retrocesso sem precedentes, desde que o vice-presidente Michel Temer foi guindado à Presidência da República por intermédio de um golpe “branco”, fruto de uma articulação entre o setor majoritário do Congresso Nacional, o oligopólio midiático e o Poder Judiciário. É bem verdade que a presidente Dilma Rousseff rompera com o programa que lhe garantiu a eleição e vinha aplicando um receituário neoliberal, o que lhe custou o apoio popular, facilitando assim os propósitos dos conspiradores e o *impeachment*. Porém, não há como não se impressionar com a ousadia e a desfaçatez dos grupos que galgaram o poder político, sintetizadas no documento “Ponte para o Futuro” e traduzidas em medidas e “reformas” de profundo teor antidemocrático e, não raramente, voltadas à alienação do patrimônio público nacional.

Tanto ou mais do que “estancar a sangria” provocada pela Operação Lava Jato, o bloco de forças políticas promoveu o *impeachment*, capitaneado sobretudo por PMDB, PSDB e grupos poderosos de mídia, com apoio do conjunto do grande empresariado, pretendendo desmontar a Constituição de 1988, suprimir os modestos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), privatizar os fundos públicos que garantem direitos sociais (como a Previdência), dentre outras pretensões antissociais.

Neste acelerado retrocesso social e imposição de relações de trabalho cada vez mais favoráveis ao empresariado, vamos sendo submetidos a recuos, tais como a “reforma do Ensino Médio”, o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, a permissão para completa terceirização do trabalho, o corte de verbas para pesqui-

sa científica, a “reforma da Previdência”... Ao mesmo tempo, nos inteiramos de que a Fazenda perdoa ao banco Itaú uma dívida de R\$ 25 bilhões; a elevada taxa de juros continua a cevar o sistema financeiro; o governo irriga a mídia oligopólica com verbas publicitárias destinadas a vender as “reformas” trabalhista, da Previdência etc.. (Tudo isso, não custa lembrar, é comandado por um “presidente” e um “governo” expostos cotidianamente no noticiário policial.)

A Adusp deliberou aderir à greve geral de 28/4, na Assembleia geral de 5/4 (<http://bit.ly/2oZF2ph>), dando sequência aos protestos de 15/3 contra a PEC 287 (reforma da Previdência), como um movimento justo e necessário na luta da população brasileira contra os desmandos de Temer e contra a onda de “reformas” neoliberais e neocoloniais.

Universidades. No Estado de São Paulo, já referido como “Tucanistão”, por ser governado há vinte anos pelo PSDB, que ocupa posição de destaque no plano federal, vive-se situação preocupante no tocante ao ensino superior público. A forte expansão das três universidades públicas estaduais, realizada nas duas últimas décadas sem que houvesse correspondente majoração nos repasses do governo estadual, cobra seu preço no momento em que cai a arrecadação do ICMS. Assim, USP, Unesp e Unicamp vivem uma crise de financiamento. A Unesp não consegue pagar a seus servidores sequer os 3% de reajuste acordados pelo Cruesp em 2016.

Embora, em 2016, o Cruesp tenha finalmente concordado com as reivindicações do Fórum das Seis e solicitado ao governo aumento do repasse da Quota-Parte Estadual do ICMS de 9,57% para 9,907%, a ser calculado sobre o

“total do produto” (para impedir as burlas contábeis na definição da base de cálculo), os reitores nunca se empenharam verdadeiramente em obter do Palácio dos Bandeirantes os recursos devidos, correspondentes à expansão havida. Particularmente, o reitor da USP, M.A. Zago, assumiu a mais serviçal das posturas, ao qualificar de “ótimo” o atual regime de repasses e abrir mão de qualquer exigência de novos aportes.

Pois é este mesmo M.A. Zago que decidiu resolver o problema da insuficiência de financiamento pela via do “ajuste fiscal”, inicialmente por meio do incentivo à demissão de funcionários técnico-administrativos (PIDV 1 e 2) e, mais recentemente, pela adoção dos “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, que vem a ser a reprodução, no âmbito da universidade, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao rejeitar, na reunião de 11/4, os destaques ao texto original apresentados na sessão anterior (7/3), o Conselho Universitário (Co) referendou as medidas propostas pelo reitor, as quais, dado o atual índice de comprometimento dos recursos com a folha de pagamentos, autorizam novas e massivas demissões, o congelamento de concursos e contratações, bem como sinalizam para novas possibilidades de contratos precários de docentes. Uma jornada trágica para a USP, cujo único saldo positivo terá sido, por um lado, a brava resistência dos que não compactuaram com o desmonte e a tirania; por outro lado, o total desmascaramento da oligarquia universitária que constituiu a maioria do Co, incapaz de pensar como representante efetivo de quem deveria representar.

Almoço grátis? Para garantir a reunião de 7/3, o reitor recorreu

ra à força bruta de um pelotão de choque da PM e dos policiais pseudamente “comunitários” acantonados na Cidade Universitária. Em 11/4, a PM foi novamente acionada, logo pela manhã, mas não precisou “entrar em ação”, porque a Reitoria sabiamente ofereceu um almoço aos membros do Co, de modo a concentrá-los bem antes do início da reunião, a salvo de pressões de manifestantes.

Agendada para terça-feira da Semana Santa, a decisiva sessão do Co — cujas consequências poderão deixar marcas na instituição por muitos anos — foi convocada com menos de cinco dias de antecedência. Documento relacionando os dezenove destaques só foi encaminhado aos conselheiros na sexta-feira anterior. Assim, o reitor reincidiu na habitual pequenez de métodos e visão-de-mundo, de modo a garantir a aprovação a qualquer custo de seu projeto de “sustentabilidade”.

A sessão propriamente dita foi pontuada por novas mostras de incivilidade por parte do reitor, somadas ao contumaz desrespeito pelas mais básicas normas da democracia. Além de intervir repetidas vezes no debate, sem pedir inscrição, para rebater intervenções das quais discordava, atacou, grosseiramente, conselheiros que se atreveram a não rezar pela sua cartilha. Em suma, confirmou sua vocação para rebaixar os membros do Co, inclusive aqueles que o apoiam e secundam, à condição de cúmplices de mais um crime contra a USP.

Merecem aplausos todos os conselheiros que denunciaram os “Parâmetros” e os métodos empregados pela Reitoria para aprová-los. Merecem a nossa repulsa todos aqueles que contribuíram para a sua aprovação. A luta contra esse pacote está somente começando. **Fora, Zago!**

GREVE GERAL
28 de abril
Vamos parar o Brasil!

Reitor reúne diretores, oferece almoço ao Co e aprova “Parâmetros” apesar dos protestos

O Conselho Universitário (Co) da USP aprovou por maioria simples, em 11/4, os pareceres das comissões de Orçamento e Patrimônio (COP) e de Legislação e Recursos (CLR) contrários aos destaques apresentados na reunião de 7/3 e favoráveis ao texto original do documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”. A única mudança substantiva na proposta original foi a retirada, por sugestão da própria CLR, por absoluta falta de previsão legal, da obrigatoriedade de maioria qualificada (dois terços dos membros do Co) para eventuais alterações futuras no “pacote” do reitor.

De modo a garantir que o Co votasse a rejeição aos destaques e aprovasse uma proposta grave como os “Parâmetros”, o reitor M.A. Zago utilizou expedientes pouco democráticos, como agendar a reunião com apenas três dias úteis de antecedência e em plena Semana Santa. Mais uma vez, a Polícia Militar esteve presente em grande número, dentro e fora da Reitoria. Por outro lado, o reitor reuniu-se pela manhã, na própria Reitoria, com os diretores de unidades, recorrendo assim ao “encontro de dirigentes” — instância que não existe no Estatuto da USP, criada por seu antecessor J.G. Rodas, e na qual a oligarquia da universidade tem tomado suas decisões, deixando ao Co papel meramente homologatório.

Em seguida à reunião entre M.A. Zago e os diretores, foi servido um almoço, também na Reitoria, para o qual todos os membros do Co foram convidados. Embora os conselheiros representantes das categorias tenham recusado a oferta, a iniciativa da Reitoria surtiu o efeito pretendido, ao garantir que a maioria dos membros do colegiado chegasse ao local bem antes dos manifestantes mobilizados pela Adusp, Sintusp, DCE e outras entidades estudantis, e lá permanesse.

Ao contrário do que ocorreu em 7/3, quando os conselheiros que se opõem às medidas preferiram votar contra a proposta ao invés de se retirarem para negar quórum, desta vez houve uma retirada organizada antes da votação, retirada resultante da articulação entre diferentes segmentos. No entanto, essa estratégia, precedida de uma declaração, ao mi-

crofone, de cada um desses conselheiros e conselheiras, não foi suficiente para impedir que a reunião tivesse quórum.

Foram ignoradas as ponderações e advertências feitas por diversos conselheiros, entre os quais vários que não se identificam com a oposição à Reitoria, quanto ao açodamento na tramitação da proposta e à sua absoluta falta de fundamentação. O professor Aluisio Segurado, representante da Congregação da FM, ao relatar ao Co as preocupações levantadas em reunião de docentes da unidade, destacou o “pouco tempo que foi dado para discussão ampla disso no ambiente universitário e com os nossos interlocutores de fora da universidade”, e registrou que após a reunião ele e sua suplente buscaram obter “acesso ao teor exato do documento, que contivesse todas as emendas e propostas, e no entanto nos foi informado que esse documento só estaria disponível a partir da deliberação da COP e da CLR com a sistematização dessa documentação”. Pois bem, prosseguiu, “essa documentação só chegou às nossas mãos na sexta-feira que antecede essa reunião de hoje, sendo que a convocação para este Conselho Universitário se deu na quinta-feira à noite, então mais uma vez tivemos que atropeladamente tentar ouvir os nossos colegas”.

Houve repetidas críticas, por exemplo, à imposição da proporcionalidade de 40% de docentes para 60% de funcionários técnico-administrativos. “Estamos no limite mínimo de docentes, cerca de 6 mil. Para manter esses 6 mil docentes, teríamos de demitir objetivamente 5 mil funcionários, ou 35% do quadro atual, e ficar com 9 mil”, disse o professor Marcelo Urbano Ferreira, representante da Congregação do ICB. Outros que rejeitaram a proposta foram os diretores do IF, Marcos Martins, e da FFCLRP, Pietro Ciancaglini.

“Desonestidade”. No decorrer do debate, como já ocorreu na reunião de 7/3, o professor Pedro Dallari, diretor do IRI, assumiu enfática defesa da proposta reitoral. Dallari foi à tribuna para atacar duramente os conselheiros que se manifestaram contra a proposta, acusando-os de “desonestidade intelectual” e de “fazer má ciência” por, supostamente,

omitirem argumentos e fatos que seriam favoráveis aos “Parâmetros”. Segundo o diretor do IRI, os críticos nunca apresentaram alternativas aos “Parâmetros”.

A fala do diretor do IRI foi rebatida pelos professores José Renato Araújo, representante dos doutores, André Singer, representante da Congregação da FFLCH, e Marcos Magalhães, representante da Congregação do IME.

“Em vários momentos fui contra os Parâmetros, votei contra os Parâmetros, fiz críticas, vou voltar a fazer críticas à proposta. E todas as vezes em que me pronunciei aqui eu me referi à questão das receitas”, disse José Renato. Ele citou questionamentos que apresentou na reunião anterior do Co, quanto a dados importantes que não constam da proposta, por exemplo: “Qual o calendário da migração de inativos para a SP-Prev? Isso resolveria o problema de 25% do nosso gasto com pessoal. Qual o tamanho do patrimônio edificado da USP, fruto de heranças vacantes?” Além disso, o docente condenou a repressão policial de 7/3, fazendo referência às revelações da educadora Nani Figueiredo ao *Informativo Adusp*: “É inadmissível a Reitoria ter um funcionário aqui algemado”.

Singer concentrou-se em contestar as acusações de desonestidade intelectual feita por Dallari, por “absolutamente inverídicas”. O professor da FFLCH respondeu ao diretor do IRI nos termos em que este se manifestou: “Se nós vamos falar sobre estratégia política colocando tudo na mesa, eu gostaria que o professor Dallari me dissesse se não é uma estratégia política lançar um documento plurianual às vésperas do Carnaval, sem tempo para que ele possa ser discutido pela comunidade universitária”, indagando em seguida: “Um documento plurianual que vai decidir os destinos da USP por muito tempo, às vésperas do Carnaval, quando a universidade está esvaziada. Isso é democracia, ou é uma estratégia política para impor uma decisão?” Após lembrar que a Congregação da FFLCH aprovou moção de repúdio às ações policiais de 7/3, reiterou os comentários que fez naquela data: “Nós temos a responsabilidade de não usar a violência. As cenas que aconteceram aqui são inaceitáveis”. Sobre a proposta

40/60 para a relação entre docentes e funcionários, perguntou: “Onde está o estudo que sustenta essa proporcionalidade?” Arrematou, quanto ao conjunto de medidas da Reitoria: “Um projeto dessa envergadura pressuporia um amplo debate”.

Depois de reforçar a posição de Singer, Magalhães criticou as repetidas ingerências de M.A. Zago no debate: “Alternativas de financiamento da universidade? Aqui, quando alguém fala alguma coisa, o reitor tem lá cinco, dez, quinze, vinte minutos para fazer a réplica. Como agora, o estudo feito pelo colega do IB [Paulo Inácio] foi rebatido longamente, sem a possibilidade de, eventualmente, haver uma tréplica. O reitor não pode, do meu ponto de vista, intervir a cada manifestação de um conselheiro que por acaso ele não concorde. Isso não é uma boa prática. Mas nós presenciamos isso toda vez”. Ele também denunciou a atitude de representantes da Reitoria nos episódios de 7/3, “angustiados, mas medrosos de enfrentar a Polícia”, relativamente ao uso de uma sala do térreo como cárcere improvisado de manifestantes. E acrescentou: “Porque hoje a Polícia está tomando conta” (da Cidade Universitária). Relatou ter presenciado soldados armados da PM parando carros no Portão 3 (Veterinária). Concluiu observando que a Reitoria vem criando um “clima de enfrentamento” na universidade, ao invés de um ambiente de alento aos estudantes.

Contraposição. Encerrado o debate, o reitor deu início ao processo de votação dos destaques, dezenove ao todo. Neste momento, o professor Pedro Dallari voltou a exercer protagonismo. Sentado à mesa diretora ao lado da superintendente jurídica Maria Paula Dallari Bucci, o diretor do IRI e membro da CLR passou a conduzir o processo de votação, de maneira coordenada com o reitor. Passou a apresentar os destaques, um por um, justificando os pareceres contrários unificados da COP e da CLR. Todos os pareceres foram aprovados por maioria.

Na votação do primeiro destaque substancial a ser votado, que propunha a supressão do teto de

continua na p. 3

Resultados das deliberações do Co de 11/4

Apresentado pela Reitoria como um plano de transição para restabelecer o equilíbrio financeiro da universidade, o documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira” foi apelidado de *PEC do Fim da USP* por fixar o patamar máximo de 85% das receitas mensais da universidade para despesas com docentes e funcionários, assim como a PEC do Teto dos Gastos Públicos limita os gastos sociais do governo federal para os próximos 20 anos. A proposta, porém, pode ser ainda mais complexa e nociva do que aparenta.

De acordo com o documento aprovado praticamente sem modificações no Co de 11/4, a Reitoria poderá congelar contratações e deixar de reajustar o salário de seus servidores no momento em que a folha de pagamentos atingir o patamar de 80% do montante repassado à USP pelo Tesouro Estadual, que hoje corresponde a 5,0295% do ICMS-QPE (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços-Quota Parte do Estado). Atualmente, o gasto com a folha de pagamentos excede a 100% dos recursos advindos do tesouro do Estado, em razão, sobretudo, da queda da arrecadação de ICMS e portanto da queda dos repasses.

Ainda segundo dispõem os “Parâmetros”, ao atingir o teto de 85% do orçamento de gastos com funcionários, a Reitoria estará autorizada/obrigada a eliminar o percentual excedente nos dois se-

mestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro semestre. Em comunicado divulgado em 23/3, a Reitoria negou que isto possa implicar a demissão de servidores. Ao final da votação de 11/4, o reitor voltou a descartar essa possibilidade.

No entanto, o documento originalmente apresentado faz referência ao artigo 169 da Constituição Federal (CF), que autoriza a demissão de funcionários públicos para adequar a folha de pagamentos às receitas, desde que haja a exoneração prévia dos servidores não estáveis e um corte de 20% nas despesas com cargos em comissão ou em funções de confiança. Assim, na avaliação do departamento jurídico da Adusp, a fixação de um teto para despesas com pessoal na USP abre a possibilidade de demissões, ainda que a referência ao artigo 169 da CF tenha sido retirada do texto por recomendação da Comissão de Legislação e Recursos (CLR).

Mesmo que não ocorra a demissão de servidores, a perspectiva apontada é de arrocho salarial, como previsto pelo professor Paulo Inácio, do IB, ao apresentar estudo de sua autoria na reunião do Co de 11/4. “Construímos um cenário supondo que a única coisa que seria feita é não conceder os reajustes das perdas inflacionárias do salário. Ou seja, que fizesse com que a folha caminhasse em direção aos 85%”,

disse Inácio enquanto apresentava duas tabelas que estimam a perda salarial acumulada de 2016 a 2022. “Em um cenário bastante otimista, de um aumento de arrecadação do ICMS a partir de 2018, teríamos que arcar com a perda salarial de um quarto dos nossos salários em 2022”, registrou. Veja o vídeo em <http://bit.ly/2oIkeq>.

Relação “40/60”. Outro dispositivo dos “Parâmetros” que pode ter graves implicações é a imposição de uma relação entre os números de docentes e de funcionários técnico-administrativos de 40/60. Hoje a USP possui cerca de 6 mil docentes para 14 mil funcionários. Além de destacar o fato de que a adequação do quadro de pessoal da USP a esta norma exigiria a demissão de 5 mil funcionários (além, note-se, dos cerca de 3,5 mil desligados “voluntariamente” em 2015 e 2016), o professor Marcelo Ferreira, representante da Congregação do ICB, lembrou que mais de 30% dos técnico-administrativos da USP estão lotados no Hospital Universitário (HU) e no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), jogando luz na situação desses hospitais-escola, que tendem a perder ainda mais pessoal.

Ferreira repeliu a alegação de que a proporção 40/60 está presente em universidades de excelência internacional. “Das universidades estrangeiras que

conheço, Harvard tem 12 hospitais-escola. Nenhum é composto por servidores da universidade, e é por isso que a proporção servidores/docentes é muito menor. Há 170 docentes na escola de medicina de Harvard, mas 12 mil profissionais de saúde com atividades didáticas e de pesquisa”, comentou. Para ele, a proporção apresentada pela Reitoria não faz “nenhum sentido”, e as inconsistências que apontou no documento constituem “impropriedades bastante graves”. Veja o vídeo em <http://bit.ly/2pHx8Se>.

Também durante o debate no Co de 11/4, o professor Aluisio Segurado, representante da Congregação da FM, relatou reunião aberta de docentes daquela unidade, na qual um dos pontos apresentados como objeto de preocupação foi precisamente a proporção 40/60: “Ficamos com bastante dúvida de como esse percentual foi calculado, com base em que referência, e mais do que isso: entendemos que a diversidade da nossa universidade dificilmente permite que esse percentual possa ser estabelecido universalmente em todas as unidades, dadas as características específicas das várias unidades do ponto de vista da sua missão acadêmica, do seu envolvimento com ensino, pesquisa e extensão. Isso mereceria uma discussão mais aprofundada e uma definição que respeitasse a diversidade das unidades”.

continuação da página 2

80% para comprometimento da folha de pagamentos com salários, o parecer COP/CLR, contrário ao destaque, foi aprovado por 70 votos, havendo 11 contrários e duas abstenções. No momento em que se estava prestes a votar o destaque seguinte, que propunha admitir a correção dos salários conforme a inflação do período, o professor Singer questionou o reitor quanto à condução unilateral dos trabalhos, que não dava lugar à defesa dos destaques: “Eu gostaria de indagar se é correto que a cada parecer haja uma argumentação favorável a uma das posições, e não possa haver contraposição”.

O reitor precisou concordar que, “sim, poderá haver encaminhamento contrário”. Singer, então, subiu à tribuna para argumentar em defesa da emenda, chamando a atenção de todos para a gravidade da matéria em causa: “Está se proibindo que haja correções salariais pela inflação.

Está se reproduzindo aqui o que foi feito na PEC dos Gastos”. M.A. Zago voltou a intervir, alegando para Singer que há “grande pressão do Ministério Público” (*sic*) para que as universidades estaduais não concedam reajustes salariais, porque elas “não têm autonomia” para tanto. No entanto, o esforço do professor da FFLCH parece ter dado algum resultado, porque o texto original foi mantido por apenas 57 votos, havendo 26 contrários e quatro abstenções.

Jornada de 8h. O Co aprovou a alteração da Resolução que dispõe sobre a contratação de docentes por prazo determinado, introduzindo, dentre outros aspectos, a possibilidade de contratação de docente para cumprir jornada semanal de oito horas de trabalho, ao invés do mínimo atual, que é de 12 horas. Tal medida, segundo a Assessoria de Imprensa da Reitoria, “permitirá a participação

e contratação de pós-doutorandos com bolsa de agência de fomento”, o que aponta para maior precarização do trabalho docente.

Durante encaminhamento de destaque sobre a simplificação de contratações, o professor Marcos Magalhães levantou esse risco: “Medidas para agilizar são bem vindas, mas me parece que no bojo das perspectivas de agilizar há uma questão bem séria que merece uma reflexão do Co, e com calma. No momento me parece um afogadilho. Se não me engano no Regimento ou Estatuto há três regimes de trabalho na universidade para docentes: 12 horas, 24 horas e RDIDP. A perspectiva de contratação por oito horas é algo extremamente sério”.

Neste ponto da fala, Magalhães foi interrompido pelo reitor, que gritou: “Está fora de pauta”. Magalhães tentou continuar, porém M.A. Zago voltou a interromper: “Você quer atrapa-

lhar então?” O professor do IME respondeu que não. E continuou falando fora do microfone: “Estou apenas me manifestando, quero participar do debate. Você precisa respeitar as falas das pessoas”, disse ele ao reitor.

Este foi apenas um dos diversos incidentes protagonizados por M.A. Zago na reunião de 11/4. Ao que parece, o discurso do professor José Sérgio, representante da Congregação da FE, encolerizou o reitor.

O docente revelou ter sido pessoalmente agredido por um PM nos episódios de 7/3, a golpes de cassetete, ao defender um aluno chutado na cabeça. “O recurso à força é o maior símbolo de que este Conselho e esta Reitoria perderam a legitimidade”, declarou, e ao retirar-se da reunião foi interpelado em voz alta por M.A. Zago. José Sérgio deteve-se, respondeu com serenidade e deixou o reitor desconcertado.

Marcha em defesa do HU mobiliza estudantes de diversos cursos da USP



Fotos: Daniel Garcia

Estudantes de diversos cursos de graduação da área de Saúde da Universidade de São Paulo reuniram-se, em 19/4, em frente ao Hospital Universitário (HU), para protestar contra as ameaças de desvinculação do hospital e o desmonte a que ele vem sendo submetido pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan. “Há muito tempo que a situação do hospital vem piorando, principalmente com o PIDV [Programa de Incentivo à Demissão Voluntária]. Então a gente decidiu

começar a se articular com os cursos da Saúde para fazer algo grande”, declarou ao *Informativo Adusp* a estudante Maria Luisa, presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), da Faculdade de Medicina.

O ato resultou de uma articulação entre o CAOC e os centros acadêmicos Arnaldo Vieira de Carvalho (CAAVC), dos cursos de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; de Farmácia e Bioquímica (CAFB); 31 de Outubro (de Enfermagem); XXV de Janeiro (de Odontologia); o Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) e o Fórum Popular de Saúde.

Para Glauco Marinho Plens, sextanista de Medicina e que faz internato no HU, as consequências do PIDV — que resultou no desligamento de 200 funcionários e 18 médicos do hospital — já são visíveis: “Com o PIDV, principalmente no quadro de enfermagem, perdemos muito pessoal. Antigamente, havia mais profissionais por paciente e o atendimento era mais adequado. Com menos profissionais, há mais sobrecarga e a atenção ao paciente acaba sendo prejudicada. Houve também casos de médicos que se demitiram porque a situação estava insustentável, com carga horária

muito grande de plantões. Quem ficou está mais sobrecarregado”.

Outro reflexo do sucateamento do hospital é o prejuízo à formação dos estudantes. Hoje, o hospital recebe para atividades práticas 2.430 alunos, oriundos dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia, Biociências, Ciências Biomédicas, Psicologia, Obstetrícia, Gerontologia, Saúde Pública e Nutrição.

Centro de ensino. “Os estudantes de Farmácia podem realizar no HU a residência farmacêutica, que é um trabalho de integração entre equipes multiprofissionais de saúde. Essa residência não é tão fácil de realizar. Sem ela perdemos um importante centro de ensino”, revela Caio Lourenço, estudante do 3º ano de Farmácia.

“Aqui é um hospital de nível secundário, as pessoas chegam no pronto-socorro com casos comuns, como pneumonia, gripe. A gente aprende a lidar com os problemas que são mais prevalentes na população, ao contrário do Hospital das Clínicas, onde só chegam casos mais complicados. É importante também, mas, pensando nas doenças mais prevalentes, é no HU que aprendemos a ser médicos”, comenta Giovanna Vilela, do segundo ano de Medicina.

Uma das reivindicações do protesto é a contratação de profissionais pela USP, e não pela Secretaria de Saúde ou por alguma “Organização Social”. “Se o HU for desvinculado [da USP], os médicos contratados não vão ter a intenção de ensinar. É muito diferente aprender em um hospital-escola e aprender em um hospital normal. Se fosse assim poderíamos fazer



um vínculo com qualquer hospital. Aqui no HU podemos fazer as cirurgias, fazer atendimentos longos, discutir casos. Em um hospital normal do SUS não há esse tempo para o ensino”, explica Giovanna.

O ato de protesto, que começou no HU, percorreu a Av. Lineu Prestes até o Portão 3 da USP, e seguiu pela Av. Corifeu de Azevedo Marques até a comunidade São Remo, onde os manifestantes procuraram dialogar com a população local, uma das mais afetadas pelo sucateamento do hospital. “O que está acontecendo na USP não é só isolado. Outros hospitais escolas estão sofrendo diversos ataques, como o da Unifesp. O que acontece na USP é ainda mais grave porque diz respeito a um projeto que o reitor tem aplicado. Temos a responsabi-

lidade de unir as pautas de defesa da saúde pública e da educação”, diz Natália Peccin, estudante de Enfermagem e diretora do DCE.

“A Reitoria quer fazer parecer que o HU não realiza atividades-fins. Muito pelo contrário. É muito importante que o HU esteja ativo, ao contrário das políticas adotadas pela Reitoria para esmagar o HU pela falta de servidores. É extremamente importante a iniciativa dos estudantes de resistir à essa política da Reitoria”, avalia o professor César Minto, da Associação dos Docentes (Adusp), que compareceu ao ato e acompanhou a marcha. A coordenação do Fórum das Seis também participou do ato, representada pelo professor João Chaves, presidente da Adunesp.